



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Análise, Avaliação e Financiamento das Políticas Públicas.

A análise da implementação de medidas socioeducativas pelo “terceiro setor”

Bianca Alves de Brito¹
Kamila Cristina da Silva Teixeira²

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) marca um avanço significativo no âmbito dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, pois reconhece estes como sujeitos de direitos a partir da doutrina de proteção integral. Dentre outras questões, ele institui as medidas no âmbito da prática do ato infracional, que são caracterizadas como: advertência; obrigação de reparo e dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional (Brasil, 1990). Este trabalho apresenta parte dos dados da pesquisa realizada no trabalho de conclusão de curso (TCC) e tem como objetivo analisar a implementação das medidas socioeducativas de liberdade assistida pelo terceiro setor no Município de Apucarana no estado do Paraná. Segundo Freire (2011), a medida socioeducativa de liberdade assistida consiste na realização de ações de orientação e fortalecimento de vínculos com o adolescente por meio de uma equipe multiprofissional, com vistas a inseri-lo no seio familiar e comunitário, proporcionando a escolarização e a profissionalização. Para a concretização destas ações, se faz necessário a realização do trabalho em rede, intersetorial e integrado, voltado para a garantia de direitos dos adolescentes em conflito com a lei (Cruz et al, 2010). Não há dúvidas sobre a importância da intersectorialidade no processo de implementação de políticas públicas. Contudo, a perspectiva do trabalho em rede, como nova forma de gestão das políticas sociais, no contexto neoliberal ganham outro significado que coaduna com a transferência de responsabilidade e funções do Estado para as organizações do chamado terceiro setor no enfrentamento das expressões da questão

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Paraná/Apucarana. Email: email.autor1@email.br. E-mail: biah Alves Brito@gmail.com

² Doutora em Política Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense e professora da Universidade Estadual do Paraná/Apucarana. Email: teixeira.kcs27@gmail.com

social, nos marcos do ajuste fiscal e da contrarreforma do Estado brasileiro (Montaño, 2010; Behring e Boschetti, 2016), com a proposta de atender aos interesses da acumulação capitalista em um cenário de crise permanente do capital (Mészáros, 2009). E esta transferência é permeada pela exaltação de valores de solidariedade e ajuda mútua (Montaño, 2010), que são totalmente avessos às concepções de direito de cidadania e universalidade que regem a intervenção estatal e as políticas sociais públicas. Quanto à metodologia, o estudo é uma pesquisa qualitativa, que utilizou como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas realizadas, em 2023, com dois assistentes sociais que atuam em duas instituições do terceiro setor, as quais executam medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Apucarana no estado do Paraná. Os informantes-chave assinaram o Termo Livre e Esclarecido (TCL). Optamos por não identificar as instituições e os profissionais, assim, foram caracterizados como: Instituição 1 e Assistente Social 1; e Instituição 2 e Assistente Social 2. O exame da implementação das medidas socioeducativas considerou as seguintes categorias de análise: intersetorialidade, financiamento, controle social e ações executadas, tendo como base os pressupostos de Boschetti (2010). Os resultados apontam que: as *ações executadas* assumem um caráter terceirizado, pois deveriam ser executadas pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), um equipamento público da política de assistente social; a *intersetorialidade* está reduzida em uma articulação pontual de acordo com a necessidade dos adolescentes, pois não existe uma interação planejada e sistematizada entre as políticas sociais públicas de atendimento aos adolescentes no município; a participação nas instâncias de *controle social* apresenta um caráter restrito, pois está reduzida aos representantes das instituições que atuam, muitas vezes, no sentido de disputar recursos. Não se observa a participação dos usuários e familiares nestes espaços fundamentais para defender princípios e interesses públicos. (Behring e Boschetti, 2016); os *recursos financeiros* são repassados pela prefeitura em um viés de redução dos custos na prestação do serviço, contudo, não são suficientes para a implantação de ações de qualidade. Diante disso, podemos considerar que as medidas socioeducativas em meio aberto executadas pelo terceiro setor adquirem um caráter terceirizado, precarizado, com qualidade duvidosa e não atende a perspectiva do direito de cidadania.